



## ALELO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25  
Relatório de Administração

**Senhores Acionistas,** Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 186,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 729,5 milhões e ativos totais de R\$ 5,9 bilhões. A Sociedade continuará buscando em 2021 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais, bem como a diversificação de negócios e a manutenção de constante foco na experiência e satisfação do cliente. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 26 de março de 2021

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota explicativa	2020		Passivo	Nota explicativa	2019	
		2020	2019			2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.582.617	2.186.747	Fornecedores	13	18.675	27.858
Instrumentos financeiros	5	54.157	52	Contas a pagar operacionais	14	2.461.330	2.246.872
Contas a receber	6	2.597.038	2.564.869	Obrigações com portadores	15	2.225.870	1.789.769
Impostos a recuperar	7	22.784	22.993	Programa de incentivo a vendas	16	34.521	62.275
Despesas antecipadas	8	53.172	40.756	Salários e encargos	17	56.201	48.654
Outros créditos	9	58.374	154.281	Impostos e contribuições a recolher	18	31.052	26.302
Depósito judicial	10	1.539	1.290	Passivos contingentes	22	3.522	3.408
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.369.681</b>	<b>4.970.988</b>	Dividendos propostos	24.d	46.351	341.608
Instrumentos financeiros	5	-	51.993	Arrendamento mercantil	23	14.975	4.668
Despesas antecipadas	8	33.044	31.330	Outras contas a pagar	19	184.868	217.874
Depósitos judiciais	10	50.774	46.360	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.077.365</b>	<b>4.769.288</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	82.431	91.720	Salários e encargos	17	5.001	1.620
Outros créditos	9	2.744	-	Passivos contingentes	22	51.619	46.496
Imobilizado	11	42.362	34.609	Outras contas a pagar	19	36	66
Intangível	12	309.876	206.706	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	20.948	11.041
				Arrendamento mercantil	23	6.423	15.675
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>521.231</b>	<b>462.718</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>84.027</b>	<b>74.898</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	24.a	472.414	472.414
				Reserva legal	24.b	94.483	93.537
				Reserva estatutária de expansão	24.c	162.623	23.569
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>729.520</b>	<b>589.520</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.890.912</b>	<b>5.433.706</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>5.890.912</b>	<b>5.433.706</b>

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2020		2019
		2020	2019	
<b>Receita operacional</b>	26	<b>1.639.046</b>	<b>1.547.690</b>	
Custo dos serviços prestados	27	(580.899)	(542.332)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.058.147</b>	<b>1.005.358</b>	
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>				
Pessoal	28	(239.998)	(210.858)	
Gerais e administrativas	29	(308.855)	(349.949)	
Outras receitas/(despesas)		(287)	(10.634)	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>509.007</b>	<b>433.917</b>	
Receitas financeiras	30	92.978	157.081	
Despesas financeiras	30	(332.759)	(183.383)	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>269.226</b>	<b>407.615</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Correntes	25.a	(63.678)	(124.752)	
Diferidos	25.a	(19.197)	3.393	
<b>Lucro líquido dos exercícios</b>		<b>186.351</b>	<b>286.256</b>	
<b>Lucro por lote de mil ações</b>		<b>93,1755</b>	<b>143,1280</b>	

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2020		2019
		2020	2019	
<b>Resultado dos exercícios</b>		<b>186.351</b>	<b>286.256</b>	
Outros resultados abrangentes		-	-	
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>186.351</b>	<b>286.256</b>	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2020		2019
		2020	2019	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido dos exercícios</b>		<b>186.351</b>	<b>286.256</b>	
Depreciações e amortizações	29	50.632	39.880	
Provisão para perdas esperadas		(3.539)	8.538	
Atualização programa de incentivo a vendas		(454)	8.303	
Passivos contingentes		5.237	9.396	
Imposto de renda e contribuição social diferido		19.196	(3.393)	
Juros sobre arrendamento mercantil		1.233	1.492	
<b>(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais</b>		<b>(2.112)</b>	<b>(53.009)</b>	
Instrumentos financeiros		(28.630)	(357.783)	
Contas a receber		209	(12.912)	
Imposto a recuperar		(14.130)	(28.595)	
Despesas antecipadas		93.163	(55.616)	
Outros créditos		(4.663)	(10.214)	
Depósitos judiciais		(9.182)	11.411	
Contas a pagar operacionais		214.458	(68.011)	
Obrigações com portadores		436.101	296.954	
Programa de incentivo a vendas		(27.300)	(17.805)	
Salários e encargos		10.928	9.527	
Impostos e contribuições a recolher		50.245	100.527	
Impostos pagos		(45.495)	(102.557)	
Outras contas a pagar		(33.036)	5.775	
Arrendamento mercantil a pagar		(8.071)	(6.058)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>891.141</b>	<b>62.106</b>	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2020		2019
		2020	2019	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições ao imobilizado e intangível		(153.724)	(91.644)	
Alienações ao imobilizado e intangível		61	-	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(153.663)</b>	<b>(91.644)</b>	
<b>Aumento/(redução) nas atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos	24.d	(341.608)	(274.735)	
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento e financiamento</b>		<b>(341.608)</b>	<b>(274.735)</b>	
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>395.870</b>	<b>(304.273)</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial		2.186.747	2.491.020	
Saldo final		<b>2.582.617</b>	<b>2.186.747</b>	
<b>Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>395.870</b>	<b>(304.273)</b>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2020		2019
		2020	2019	
<b>1. Contexto operacional</b>				
A Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. ("EloPar"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 20º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.				

### Saldos em 31 de dezembro de 2018

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
Lucro líquido do exercício		432.061	110.151	285.274	-	827.486
Dividendos adicionais		-	-	-	286.256	286.256
Aumento de capital	24.a.b.c	40.353	(16.614)	(23.739)	-	(182.614)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		-	-	(55.352)	55.352	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(341.608)	(341.608)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentação)</b>		<b>472.414</b>	<b>93.537</b>	<b>23.569</b>	<b>-</b>	<b>589.520</b>

### Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
Lucro líquido do exercício		-	-	-	186.351	186.351
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		-	-	139.054	(139.054)	-
Reserva legal		-	946	-	(946)	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(46.351)	(46.351)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>472.414</b>	<b>94.483</b>	<b>162.623</b>	<b>-</b>	<b>729.520</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

A Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. ("EloPar"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 20º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

#### 2. Base de preparação

##### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

##### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;

- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e

- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

##### d. Reapresentação dos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Para efeito de competência foi referido o exercício de 2019, relativo ao ajuste de aumento de capital, como segue:

##### Balanco patrimonial

	Saldo em 31/12/2019 Originalmente apresentado	Ajuste	Saldo em 31/12/2019 - reapresentado
Dividendos propostos	367.408 (25.800)		341.608
Total do passivo circulante	4.792.040 (25.800)		4.766.240
Capital social	432.061	40.353	472.414
Reserva legal	110.151	(16.614)	93.537
Reserva estatutária de expansão	21.508	2.061	23.569
Total do patrimônio líquido	563.720	25.800	589.520

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

#### 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

##### b. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

##### b.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados, em vez disto, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as

condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isto inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

##### • Ativos financeiros mensurados a VJR

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### • Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### • Instrumentos de dívida ao VJORA

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

##### • Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

##### b.2 Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço;

→\*continuação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Benefitória em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvimento internos (Lei 11.638/07/CPC 04) - 5 anos  
Softwares e Licenças de uso - 5 anos.

#### f. Ágio (goodwill)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

#### g. Redução ao valor recuperável do ativo

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

#### h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### (i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

#### (ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revistos a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

#### i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

• **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

• **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

#### j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

#### • Receita adquirente

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo.

#### • Receita emissor

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios.

#### • Receita de comissão de vendas

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e colaboradores do Banco Digio S.A. pela captação/indicação de clientes para o Banco.

#### k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

#### l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

#### m. Combinação de negócios

A combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando a metodologia de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades.

Os custos da transação que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado.

#### n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Moeda nacional	44.819	26.827
Fundos de investimentos <sup>(a)</sup>	2.184.804	1.092.799
Certificado de depósito bancário - CDB's <sup>(b)</sup>	297.531	1.020.775
Moeda estrangeira <sup>(c)</sup>	55.455	30.143
Certificado de depósito no exterior <sup>(c)</sup>	8	16.203
	<b>2.582.617</b>	<b>2.186.747</b>

<sup>(a)</sup> A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 2.

<sup>(b)</sup> O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como nível 2.

<sup>(c)</sup> Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício. Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

#### 5. Instrumentos financeiros

	2020	2019
Letras financeiras	CA 54.157	51.993
Letras financeiras do tesouro	VJORA -	52
	<b>54.157</b>	<b>52.045</b>
Circulante	54.157	52
Não circulante	-	51.993

Os instrumentos financeiros estão precificados como nível 2.

**Classificação dos instrumentos financeiros por vencimento:**

	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras financeiras	-	54.157	-	54.157
	-	<b>54.157</b>	-	<b>54.157</b>

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Taxa anual de depreciação	Saldo final 31.12.2019	Entrada	Baixa aquisição	Baixa depreciação	Depreciação	Saldo final 31.12.2020
<b>Imobilizado de Uso</b>							
Instalações	10%	2.474	490	-	-	(470)	2.494
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.671	633	(134)	73	(473)	2.770
Sistemas de processamento de dados	20%	7.943	3.484	-	-	(2.232)	9.195
Sistemas de comunicação	20%	380	4.351	-	-	(307)	4.424
Outras imobilizações <sup>(a)</sup>	20%	1.734	1.209	-	-	(700)	2.243
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	16,67%	15.404	7.893	-	-	(3.643)	19.654
Direitos de uso sobre bens (Maquínários)	33,33%	4.003	-	-	-	(2.421)	1.582
<b>Total</b>		<b>34.609</b>	<b>18.060</b>	<b>(134)</b>	<b>73</b>	<b>(10.246)</b>	<b>42.362</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se a benfeitorias de bens de terceiros.

No exercício de 2020 foram realizadas baixas no ativo imobilizado no montante de R\$ 134 (no exercício de 2019 não houve baixa de imobilizado).

#### 12. Intangível

	2020	2019		
	<b>Amortização</b>			
	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Software e licenças	93.088	(27.815)	65.273	53.105
Marcas e patentes	51	-	51	51
Projetos corporativos <sup>(a)</sup>	317.179	(99.511)	217.668	126.666
Ágio - rentabilidade futura <sup>(b)</sup>	40.040	(13.156)	26.884	26.884
	<b>450.358</b>	<b>(140.482)</b>	<b>309.876</b>	<b>206.706</b>

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo final em 31.12.2019	Aquisições	Reversão de amortização	Saldo final em 31.12.2020
Software e licenças	20%	53.105	23.139	(10.971)	65.273
Marcas e patentes	-	51	-	-	51
Projetos corporativos <sup>(a)</sup>	20%	126.666	120.410	7 (29.415)	217.668
Ágio - rentabilidade futura <sup>(b)</sup>	-	26.884	-	-	26.884
<b>Total</b>		<b>206.706</b>	<b>143.549</b>	<b>7 (40.386)</b>	<b>309.876</b>

<sup>(a)</sup> Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente e, também à aquisição de plataforma que conecta os estabelecimentos comerciais a seus usuários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

<sup>(b)</sup> O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi realizado teste de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável. Nos exercícios de 2020 e 2019 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

#### 13. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores - benefícios de folha	1.227	1.321
Fornecedores - administrativo	17.448	26.537
	<b>18.675</b>	<b>27.858</b>

#### 14. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 2.461.330 (R\$ 2.246.872 em 31 de dezembro de 2019).

#### 15. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 2.225.870 (R\$ 1.789.769 em 31 de dezembro de 2019) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

#### 16. Programa de incentivo a vendas

Corresponde à união de esforços entre os canais vendedores e a Sociedade para o fornecimento de produtos Alelo, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

#### 6. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber de clientes	2.432.022	2.400.947
Contas a receber partes relacionadas <sup>(a)</sup>	196.348	198.793
(-) Provisão de perdas esperadas <sup>(b)</sup>	(31.332)	(34.871)
	<b>2.597.038</b>	<b>2.564.869</b>

<sup>(a)</sup> Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.

<sup>(b)</sup> Refere-se à provisão de perda esperada de clientes da Sociedade, em aderência ao CPC 48. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default".

#### 7. Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.680	7.854
PIS e COFINS	11.570	4.503
Imposto de renda e contribuição social	7.534	10.636
	<b>22.784</b>	<b>22.993</b>

#### 8. Despesas antecipadas

	2020	2019
Contratos de manutenção	46.764	38.248
Descontos concedidos	38.559	26.917
Assinaturas e seguros	78	3.058
Serviços profissionais	665	3.007
Incentivos de vendas	150	723
Outros	-	133
	<b>86.216</b>	<b>72.086</b>

	2020	2019
Circulante	53.172	40.756
Não circulante	33.044	31.330

#### 9. Outros créditos

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores <sup>(a)</sup>	47.573	138.907
Adiantamento a funcionários	10.079	10.552
Outros créditos	3.466	4.822
	<b>61.118</b>	<b>154.281</b>

	2020	2019
Circulante	58.374	154.281
Não circulante	2.744	-

<sup>(a)</sup> Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale-transporte e pré-pago.

#### 10. Depósitos judiciais

	2020	2019
Fiscal	50.764	46.036
Trabalhista	1.518	1.290
Cível	21	-
Depósito garantia	-	268
Bloqueio judicial	10	56
	<b>52.313</b>	<b>47.650</b>

	2020	2019
Circulante	1.539	1.290
Não circulante	50.774	46.360

#### 11. Imobilizado

	2020	2019		
	<b>Depreciação</b>			
	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Instalações	4.820	(2.326)	2.494	2.474
Móveis e equipamentos de uso	4.888	(2.118)	2.770	2.671
Sistemas de processamento de dados	13.443	(4.248)	9.195	7.943
Sistemas de comunicação	7.263	(2.839)	4.424	380
Outras imobilizações <sup>(a)</sup>	4.724	(2.481)	2.243	1.734
Direitos de uso sobre bens	32.802	(11.566)	21.236	19.407
	<b>67.940</b>	<b>(25.578)</b>	<b>42.362</b>	<b>34.609</b>

Saldo final

	2020	2019
Bancos - partes relacionadas	37.579	38.640
Outros canais vendedores	(3.058)	23.635
	<b>34.521</b>	<b>62.275</b>

#### 17. Salários e encargos

	2020	2019
Participação nos lucros	35.547	29.225
Provisão de férias	13.392	10.911
Encargos sociais	8.907	7.725
Outros	3.356	2.413
	<b>61.202</b>	<b>50.274</b>

	2020	2019
Circulante	56.201	48.654
Não circulante	5.001	1.620

☆ continuação

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
IBI Promotora de Vendas Ltda.	-	-	139	1
Stelo S.A.	-	-	75	-
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	258	-
Livelo S.A.	3	-	429	-

**Programa de incentivo a vendas**

Banco Bradesco S.A.	(14.992)	(93.180)	(19.752)	(90.855)
Banco do Brasil S.A.	(22.586)	(50.942)	(18.888)	(80.506)

**Dividendos a pagar**

Elo Participações Ltda.	(46.351)	-	(367.408)	-
-------------------------	----------	---	-----------	---

**Outras contas a pagar**

Banco Bradesco S.A.	(1)	(5.478)	-	(4.310)
Banco Bradescard S.A.	(11)	(2.067)	-	(3.602)
Banco do Brasil S.A.	(7.538)	(4.580)	-	(5.871)
Cielo S.A.	(307)	(77.801)	(713)	(93.449)
Elo Participações Ltda.	(3.648)	(36.324)	(5.465)	(45.692)
Elo Serviços S.A.	-	(8.310)	(1)	(5.091)
Stelo S.A.	-	-	(2.494)	-

**Contas a pagar operacionais**

Banco Digio S.A.	(372.563)	-	(377.240)	-
------------------	-----------	---	-----------	---

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.

(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

**21. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada**

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 3.692 (R\$ 1.802 em 31 de dezembro de 2019) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 30.546 (R\$ 26.782 em 31 de dezembro de 2019), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.258 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2019) apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

**22. Passivos contingentes**

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

**a. Processos trabalhistas**

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

**b. Processos cíveis**

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

**c. Obrigações legais - tributárias**

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	2.854	2.644
Fiscais	51.619	46.496
Cíveis	668	764
	<b>55.141</b>	<b>49.904</b>
Circulante	3.522	3.408
Não circulante	51.619	46.496

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial 31.12.2019	Adições	Baixas/ reversões	Saldo final 31.12.2020
Trabalhistas e previdenciárias	2.644	767	(557)	2.854
Fiscais	46.496	5.123	-	51.619
Cíveis	764	1.526	(1.622)	668
	<b>49.904</b>	<b>7.416</b>	<b>(2.179)</b>	<b>55.141</b>

**Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2020	2019
Trabalhistas	2.036	2.200
Cíveis	2.508	1.998
Tributárias	164.707	-
	<b>169.251</b>	<b>4.198</b>

**23. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16 são:

	Saldo final 31.12.2019	Adição/ constituição	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2020
Arrendamento mercantil	20.343	7.893	(8.071)	1.233	21.398
	<b>20.343</b>	<b>7.893</b>	<b>(8.071)</b>	<b>1.233</b>	<b>21.398</b>
Circulante	4.668	-	-	-	4.668
Não circulante	15.675	-	-	-	15.675

**24. Patrimônio líquido****a. Capital social**

O capital social em dezembro de 2020 é de R\$ 472.414 (R\$ 472.414 em 2019) representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2019, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, aumento de capital no montante de R\$ 40.353.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionista Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100</b>

**b. Reserva legal**

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Foi deliberado através da AGO de 30.04.2019, aumento de capital proveniente de parte da reserva legal no montante de R\$ 16.614. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituído o valor de R\$ 946, totalizando a reserva legal no montante de R\$ 94.483 (R\$ 93.537 em 2019) adequando ao limite de 20% do capital.

**c. Reserva estatutária de expansão**

Foi deliberado através da AGO de 30.04.2019, aumento de capital proveniente de parte da reserva de expansão no montante de R\$ 23.739.

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 2020 a reserva apresenta um saldo de R\$ 162.623 (R\$ 23.569 em 2019).

**d. Dividendos propostos**

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R\$ 46.351 (R\$ 341.608 em 2019).

Em 18 de junho de 2020, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2019, no montante de R\$ 341.608 (R\$ 274.735 em 2019).

**25. Imposto de renda e contribuição social****a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social**

Descrição	2020	2019
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado</b>	<b>269.226</b>	<b>407.615</b>
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>91.537</b>	<b>138.589</b>
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	1.781	3.195
Provisão para perdas do valor recuperável	10.958	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.197	(3.393)
Participação nos lucros - funcionários	1.280	2.223
Provisão para despesas administrativas	(27.124)	(7.314)
Incentivos fiscais	(4.099)	(4.615)
Outros valores	(10.655)	(10.498)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>82.875</b>	<b>121.359</b>

**c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal**

	Diferenças temporárias			Imposto de renda	Contribuição social	Ágio	Total geral
	Imposto de renda	Contribuição social	Total				
Até 1 ano	52.615	19.274	71.889	-	-	-	71.889
Até 2 anos	142	51	193	-	-	-	193
Até 3 anos	86	31	117	-	-	-	117
Até 4 anos	139	50	189	-	-	-	189
Até 5 anos	100	36	136	-	-	-	136
Acima de 5 anos	-	-	-	(8.119)	(2.922)	(11.041)	(11.041)
<b>Total</b>	<b>53.082</b>	<b>19.442</b>	<b>72.524</b>	<b>(8.119)</b>	<b>(2.922)</b>	<b>(11.041)</b>	<b>61.483</b>

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2020, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 59.502 (R\$ 85.967 em 2019).

**26. Receita operacional líquida**

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	2020	2019
Receita de adquirentes	1.652.185	1.542.740
Receita de emissores	161.721	163.500
Receita de comissão de vendas	32.229	37.127
Impostos sobre serviços	(207.089)	(195.677)
	<b>1.639.046</b>	<b>1.547.690</b>

**27. Custo dos serviços prestados**

	2020	2019
Despesas com vendas	(273.326)	(278.991)
Captura e processamento	(143.188)	(152.741)
Central de atendimento	(60.874)	(46.622)
Manutenção e sustentação	(45.104)	(28.999)
Emissão e personalização	(27.338)	(19.523)
Entrega e distribuição	(23.721)	(17.422)
Custo com logística	(3.544)	(13.989)
Outros custos	(16.198)	(9.511)
Fee bandeira	(6.673)	(6.293)
Implantações de novos contratos (clientes)	(20.674)	(6.114)
Antecipação de recebíveis	(6.138)	(5.604)
Créditos tributários	45.879	43.477
	<b>(580.899)</b>	<b>(542.332)</b>

**28. Despesa com pessoal**

	2020	2019
Salários	(113.158)	(104.694)
Encargos	(40.714)	(35.936)
Benefícios	(39.021)	(33.910)
Gratificação	(39.322)	(30.246)
Treinamento	(2.216)	(2.412)
Outros	(5.567)	(3.660)
	<b>(239.998)</b>	<b>(210.858)</b>

**29. Despesas gerais e administrativas**

	2020	2019
Despesas de marketing	(71.914)	(105.685)
Infraestrutura	(89.861)	(88.966)
Centro de atividades compartilhadas - CAC (nota 20)	(36.324)	(45.810)
Depreciações e amortizações	(50.632)	(39.880)
Honorários profissionais	(22.178)	(21.772)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(4.962)	(15.364)
Despesas de aluguel e manutenção	(2.707)	(3.496)
Outras despesas administrativas	(13.622)	(13.967)
Serviços de terceiros	(11.851)	(8.201)
Despesas de contribuições e doações	(3.273)	(5.322)
Despesas com telefonia	(1.006)	(960)
Despesas com material de escritório	(423)	(472)
Tributos e taxas administrativas	(102)	(54)
	<b>(308.855)</b>	<b>(349.949)</b>

**30. Resultado financeiro**

	2020	2019
Aplicações financeiras	48.971	111.227
Programa de incentivo de vendas	14.028	21.980
Antecipação de recebíveis	14.017	13.717
Variação cambial positiva	213	-
Juros e multas recebidos	14.119	9.071
Atualizações monetárias	375	(393)
Outras receitas	1.255	1.479
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>92.978</b>	<b>157.081</b>
Deduções e bonificações	(299.066)	(147.671)
Programa de incentivo de vendas	(13.574)	(13.677)
Variação cambial negativa	-	(100)
Despesas bancárias	(8.404)	(6.385)
Atualização monetária	(2.933)	(5.202)
Juros arrendamento mercantil	(1.233)	(1.492)
Outras despesas	(7.549)	(8.856)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(332.759)</b>	<b>(183.383)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(239.781)</b>	<b>(26.302)</b>

**31. Gestão de Riscos****a) Contexto Operacional**

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora direta "EloPar" de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dis-

**Descrição**

	2020	2019		
Sendo:				
Impostos correntes	63.678	124.752		
Impostos diferidos	19.197	(3.393)		
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>82.875</b>	<b>121.359</b>		
<b>b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
<b>Descrição dos créditos diferidos</b>	<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 31.12.2020</b>
Provisão para contingências fiscais	14.226	3.324	-	17.550
Provisão para contingências trabalhistas	899	71	-	970
Provisão para contingências cíveis	260	-	(33)	227
Provisão Fee - Visa/Elo	200	408	-	608
Provisão de participação nos lucros	9.486	1.677	-	11.163
Provisão administrativa	26.413	-	(6.904)	19.509
Provisão para perdas do valor recuperável	12.686	-	(1.727)	10.959
Provisão de receitas/ Descontos concedidos	20.951	-	(5.588)	15.363
Outros valores	6.599	-	(517)	6.082
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>91.720</b>	<b>5.480</b>	<b>(14.769)</b>	<b>82.431</b>
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>91.720</b>	<b>5.480</b>	<b>(14.769)</b>	<b>82.431</b>
Ágio	(11.040)	-	-	

—☆— continuação

2. Proteção do relacionamento com nossos clientes: ações para garantir que nossos serviços sofressem o menor impacto possível, mapeamento de novas necessidades e desenvolvimento para atendê-las, criação de novos pro-

duto e campanhas de comunicação para promover transparência das ações;  
3. Manutenção da saúde financeira da empresa: monitoramento constante

de indicadores-chave, plano de contingenciamento para compensar perdas de receita devido à pandemia e ajustes na estratégia da empresa para as necessidades atuais dos nossos clientes e empresa.

**Diretor Presidente**  
Cesario Narihito Nakamura

**Diretoria**  
**Diretora**  
Esther Dalmas

**Diretor**  
Marco Aurelio de Queiroz Campos

**Contador:** Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

**João Paulo Dal Poz Alouche**  
Contador CRC 1SP245785/O-2

## Diagnósticos da América S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.486.650/0001-83 - NIRE nº 35.300.172.507  
Edital de Convocação

### Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A. ("Companhia" ou "DASA"), por sua Co-Presidente, Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno, tem a honra de convidar os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 28/04/2021 às 10h, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Barueri/SP, na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) deliberar sobre o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) deliberar sobre a proposta de (a) absorção do prejuízo do exercício social encerrado em 31/12/2020 pela reserva de lucros da Companhia, (b) distribuição de lucros à conta de reserva de lucros da Companhia e (c) orçamento de capital para o exercício de 2021; (iii) deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria; e (iv) deliberar sobre a ratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria, efetivamente paga pela Companhia no exercício social de 2020. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a ratificação da nomeação e da contratação da B2R Capital Assesores Financeiros Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Pasteur, nº 110 - 7º andar, Botafogo, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.962.957/0001-87, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC/RJ-111.923/O-7, como empresa independente especializada para fins de elaboração, nos termos do artigo 256, §1º da Lei 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), dos laudos de avaliação ("Laudos de Avaliação"), (a) das quotas de emissão da **Gesto Saúde Sistemas Informatizados, Consultoria Médica e Corretora de Seguros Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Henri Dunant, 792, 1º andar, CEP 04709-110, CNPJ/ME nº 10.702.786/0001-42 ("Gesto"); e (b) das ações de emissão da **Laboratório Nobel S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Pinto Bandeira, 357, Salas 33 e 34, Centro, CEP 90030-150, CNPJ/ME nº 92.818.954/0001-24 ("Nobel"); (ii) deliberar sobre o exame e aprovação dos Laudos de Avaliação; e (iii) deliberar sobre a ratificação, para fins do disposto no artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações, da aquisição, pela Companhia de (a) 21.269.662 quotas da Gesto, representativas de 100% de seu capital social; e (b) 518.529 ações ordinárias da Nobel, representativas de 90% de seu capital social. **Do Exercício do Direito de Voto:** A participação do acionista poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído (observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76) ou por meio dos mecanismos de votação à distância, conforme abaixo: (i) **Participação pessoalmente ou representado por procurador.** Para participar da AGOE, o acionista deverá depositar na sede social da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas da data de realização da AGOE: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das S.A.; e (b) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação do acionista por procurador. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGOE munido de documentos que comprovem sua identidade. (ii) **Participação por meio de votação à distância.** A Companhia, atendendo à Instrução CVM 481/2009, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto à distância na AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (b) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Unibanco S.A.; ou (c) preencher o boletim de voto à distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia. Para mais informações, observar as regras previstas na Instrução CVM 481/2009 e no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. **Dos Documentos:** Em observância ao Artigo 133 da Lei das S.A. e à Instrução CVM 481/2009, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede e no website da Companhia ([www.dasa3.com.br](http://www.dasa3.com.br)), no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo a proposta da administração e o boletim de voto à distância. O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31/12/2020, as cópias das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 25/03/2021 no jornal Diário de Notícias (<https://www.diariodenoticias.com.br/publicidade-legal>) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Barueri, 26/03/2021. **Dulce Pugliese de Godoy Bueno** - Co-Presidente do Conselho de Administração.

## HYPERA S.A.

CNPJ/ME nº 02.932.074/0001-91 - NIRE nº 35.300.353.251  
Companhia Aberta - Código CVM nº 21431

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 26 de Abril de 2021

Ficam convocados os senhores acionistas da **Hypera S.A.** ("Hypera Pharma" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2021, às 10:00 horas ("Assembleia"), no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 24º andar, conjunto 241, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), examinarem, discutirem e votarem a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** i. As contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; ii. A destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; iii. A fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **iv.** A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e v. A remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021 e dos membros do conselho fiscal, se instalado. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** i. A alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; ii. A alteração do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia para incluir a possibilidade de emissão de Notas Promissórias pela Companhia no rol de competências do Conselho de Administração; e iii. A consolidação do estatuto social da Companhia, caso restem aprovadas as propostas de alteração do Artigo 5º e do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, conforme descritas nos itens i) e ii) acima da Assembleia Geral Extraordinária. **Informações Gerais:** 1. Os documentos e as informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<https://ri.hypera.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor. 2. Excepcionalmente, em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia não exigirá reconhecimento de firma, autenticação, apostilamento, notariação e/ou legalização dos documentos necessários para participação na Assembleia, tampouco tradução dos documentos em língua inglesa. 3. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar o respectivo comprovante ou extrato de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária nos 3 dias úteis anteriores à data da Assembleia e (a) **quando pessoa jurídica:** cópias do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia; (b) **quando pessoa física:** cópias do documento de identidade e CPF do Acionista; e (c) **quando fundo de investimento:** cópias do regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. 4. Caso deseje ser representado na Assembleia por procurador, o Acionista deverá encaminhar à Companhia instrumento de mandato outorgado nos termos do Artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável, com poderes especiais, e documento de identidade e CPF do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e da ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além dos documentos indicados no item 3 acima. 5. Alternativamente, os senhores acionistas poderão participar da Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto à distância, conforme disponibilizado nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia (<https://ri.hypera.com.br>), em relação às matérias da Assembleia: (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador, ou pela Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia, exceto se prazo menor for estabelecido, sendo que, no caso de envio direto à Companhia, o boletim de voto à distância, devidamente rubricado e assinado, deverá estar acompanhado dos demais documentos indicados no item 3 acima. 6. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%, na forma do disposto no Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e na Instrução CVM 481/09, observado o prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária para referida requisição. São Paulo, 26 de março de 2021. **Alvaro Stainfeld Link** - Presidente do Conselho de Administração.

**International Meal Company**  
**Alimentação S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/ME nº 17.314.329/0001-20 - NIRE 35.300.488.750  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital

Ficam os senhores acionistas da International Meal Company Alimentação S.A. ("Companhia"), convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO") a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 14h00, de modo exclusivamente digital, com a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e votar as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da Proposta da Administração; (iii) fixar a remuneração global dos membros da administração da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021; (iv) fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração no próximo mandato; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) indicar o Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (vii) deliberar sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2021; e (viii) deliberar sobre o Plano de Outorga de Ações Restritas. A fim de atender às recomendações relacionadas à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a AGOE será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio de plataforma digital, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da AGOE por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([b3.com.br](http://b3.com.br)) e da própria Companhia ([ri.internationalmealcompany.com](http://ri.internationalmealcompany.com)). Caso o acionista opte por participar da AGOE virtualmente, deverá enviar previamente à Companhia, no e-mail [ri@internationalmealcompany.com](mailto:ri@internationalmealcompany.com), com antecedência mínima de 2 (dois) dias: (i) a documentação de identificação e de comprovação de poderes de representação, conforme o caso, em formato PDF e acompanhada da indicação do nome e do e-mail da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital, para fins de credenciamento; (ii) extrato atualizado de sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (iii) na hipótese de representação por meio de procurador, cópia digitalizada integral do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante. Caso a documentação enviada se encontre em ordem, o acionista receberá por e-mail as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma Zoom estará restrito aos acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei 6.404/76. Caso não receba o convite individual para participação na AGOE com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGOE, o Acionista Credenciado deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 3041-9653 com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGOE para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Acionista Credenciado seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Zoom com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGOE a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Zoom para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGOE. A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Zoom com o equipamento do acionista). Os Acionistas Credenciados que participarem via plataforma digital serão considerados presentes à AGOE e signatários da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 21-V, III, da Instrução CVM 481. Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76 e do Artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia. Todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, incluindo a Proposta da Administração, que contém todas as orientações detalhadas para a participação dos acionistas, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([b3.com.br](http://b3.com.br)) e da Companhia ([ri.internationalmealcompany.com](http://ri.internationalmealcompany.com)), bem como em sua sede social. São Paulo, 30 de março de 2021. **Flávio Benício Jansen Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração.